



Aspectos de Territórios Pesqueiros na Amazônia Paraense: Ilha de Soure, Arquipélago do Marajó

*Aspects of Fishing Territories in the Amazon
of Pará: Soure Island, Marajó Archipelago*

*Aspectos de los Territorios Pesqueros en la
Amazonía de Pará: Isla Soure, Archipiélago de
Marajó*

Ewerton Domingos Tuma Martins
PPGA-IFCH-UFPA

ewertontuma@yahoo.com.br – <https://orcid.org/0000-0001-6273-9829>

Apresentação

As fotos a seguir são de autoria de Ewerton D. Tuma Martins, mestre e doutorando em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGA-IFCH-UFPA). As dez imagens foram capturadas pelo autor durante uma incursão à ilha de Soure, no Arquipélago do Marajó, no estado do Pará, durante o mês de julho de 2023, com uma câmera digital Canon EOS Rebel T7, com lente de 18-55mm. O início de suas pesquisas de mestrado na Região do Salgado Marapaniense¹ proporcionou-lhe um olhar diferenciado sobre os vários territórios pesqueiros existentes na Amazônia Brasileira, como é o caso da ilha de Soure.

Sua pesquisa está voltada à pesca artesanal e busca caracterizá-la com ênfase em seus agentes. O estudo destaca mudanças associadas principalmente a fatores externos e modernizações que impedem a continuidade de práticas extrativistas tradicionais que permitem o uso dos recursos sem causar impactos negativos ao meio ambiente marinho e costeiro, destacando ainda a alteração da paisagem por meio do aumento populacional desordenado na região em vários aspectos, a redução de espécies de peixes e mariscos que são extraídos pelos moradores das pequenas comunidades da região e que são fonte de renda e de alimentos necessários para a sua subsistência. Para isso, analisa-se os fatores associados às alterações na atividade, as consequências dessas modificações e as estratégias adotadas pelos pescadores para dar continuidade à pesca artesanal.

Para a construção deste ensaio etnofotográfico foram utilizados como base teórica os estudos da pesquisadora Lourdes Furtado (1978, 2004, 2006), para entender as dinâmicas sociais e os conflitos da pesca na Amazônia; Gerald Berreman (1975) e Edward Bruner (1986) versam sobre etnografia a partir de narrativas e subjetividades; e Bruce Albert (2014) sobre movimentos étnicos e interação entre o eu e o outro. O termo “pesca” utilizado não remete apenas à captura de peixes, conforme a Lei 11.959/2009, mas inclui todos os “recursos pesqueiros”, como “animais e os vegetais hidróbios passíveis de exploração” (Brasil, 2009).

O estuário amazônico é formado por áreas pesqueiras onde as comunidades locais tradicionalmente praticam a pesca artesanal e outras atividades ligadas à exploração de recursos pesqueiros, a qual, ao longo do tempo, os(as) pescadores(as) têm repassado seus saberes e técnicas de pesca. Sendo assim, a pesca possui grande importância nas dinâmicas socioculturais e econômicas que constituem esses territórios pesqueiros.

¹ Região do município de Marapanim/PA que está situada mais próxima ao mar.

Para Cristiane Nogueira (2005), a definição de territórios de pesca está além da definição física, pois fatores fundamentais, como as relações sociais horizontais de quem habita esse espaço, precisam ser levadas em consideração. Conceituações como território, territorialidade e territórios de pesca carecem de ênfase para entendermos as questões de apropriação desses espaços. Para Edna Alencar (2004, p. 68), “grupos sociais que formam as comunidades usam uma referência de território que lhes é particular e que remete à própria constituição do grupo social que construiu este território”.

Paul Elliott Little (2018, p. 253) define como territorialidade “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’”. Cristiane Nogueira conceitua territórios de pesca da seguinte forma:

[...] define-se os *territórios de pesca* como sendo áreas apropriadas ao longo dos anos, mediante o trabalho desenvolvido pelos pescadores artesanais que praticam suas atividades em águas continentais ou litorâneas. Estes territórios não possuem apenas uma definição física e precisam ser compreendidos a partir da observação das decisões da comunidade sobre espaços e relações sociais horizontais, bem como de sua dimensão simbólica e material (Nogueira, 2005, p. 41).

Para Nogueira (2005), as áreas que sofrem apropriação pelos pescadores que ali trabalham por anos ininterruptos, ao desenvolverem suas atividades precisam ser entendidas também para além da questão meramente material. Essa divisão do espaço produtivo corrobora com a ideia de “divisão consuetudinária” de Simone Carneiro Maldonado (2000, p. 62). Conforme a autora, essa divisão é habitual, não fundamentada em acordos formais ou registrada em documentos oficiais.

Atualmente, dinâmicas ligadas à apropriação territorial pesqueira têm afetado a pesca artesanal e prejudicado as comunidades em todo o estuário amazônico, dentre as quais destacam-se especificamente a especulação imobiliária, e com ela a degradação dos manguezais realizada por empreendimentos turísticos, a pesca com equipamento irregular e durante os períodos de defeso (Tuma Martins, 2024). Em linhas finais não romantizadas, o pescador artesanal é referenciado como aquele que presa pela renovação dos recursos pesqueiros, pois necessita deles para viver, sobreviver, conviver e estar no mundo.



1. Canoa de pesca artesanal

Ancorada na praia do Caju-Una é utilizada na prática da pesca de rede de pequeno porte e linha de mão. Fotografia com Câmera Digital Cannon EOS Rebel T7, lente 18-55mm.

Foto: Ewerton D. Tuma Martins (07/2023).



2. Fim de tarde no Paracauari

Trabalhadores das águas em fim de tarde no rio Paracauari as margens da Ilha de Soure. Fotografia com Câmera Digital Cannon EOS Rebel T7, lente 18-55mm. Foto: Ewerton D. Tuma Martins (07/2023).



3. Travessia Soure - Salvaterra

A travessia entre os municípios de Soure/PA e Salvaterra/PA tornaram-se uma alternativa para quem não sobrevive apenas da pesca artesanal. Rio Paracauari, margem da Ilha de Soure. Fotografia com Câmera Digital Cannon EOS Rebel T7, lente 18-55mm. Foto: Ewerton D. Tuma Martins (07/2023).



4. Transporte

Muitos pescadores artesanais usam a bicicleta como principal meio de transporte para chegar até os territórios de pesca. Praia da Barra Velha. Fotografia com Câmera Digital Cannon EOS Rebel T7, lente 18-55mm. Foto: Ewerton D. Tuma Martins (07/2023).



5. Artesanato

Outra alternativa de trabalho para muitas comunidades piscatórias é o turismo. O artesanato com “grafismos marajoaras” é uma atividade das mais comuns na Ilha de Soure dentre outras ilhas do Arquipélago do Marajó. Estabelecimento na Praia do Pesqueiro. Fotografia com Câmera Digital Cannon EOS Rebel T7, lente 18-55mm. Foto: Ewerton D. Tuma Martins (07/2023).



6. Trabalhos diversos

Territórios de pesca são constantemente tomados por empreendimentos locais e de fora da região. As duas formas levam a mudanças nas dinâmicas de trabalho dessas comunidades piscatórias. Venda de abacaxi e aluguel de passeio montado em búfalo na Praia do Pesqueiro. Fotografia com Câmera Digital Cannon EOS Rebel T7, lente 18-55mm. Foto: Ewerton D. Tuma Martins (07/2023).



7. Pesca artesanal de rede e *rabeta*

Pescadores realizando pesca de rede de pequenas proporções embarcados em canoa motorizada de pequeno porte conhecida localmente como *rabeta*. Praia do Caju-Una. Fotografia com Câmera Digital Cannon EOS Rebel T7, lente 18-55mm. Foto: Ewerton D. Tuma Martins (07/2023).



8. Como no tempo dos Regatões²

Embarcações ainda circulam no Arquipélago do Marajó, reproduzindo a atividade dos antigos Regatões. Foz do Rio Camará. Fotografia com Câmera Digital Cannon EOS Rebel T7, lente 18-55mm. Foto: Ewerton D. Tuma Martins (07/2023).

² Muito recorrentes na primeira metade do século XX na Amazônia Brasileira, os Regatões eram barcos de comerciantes, um “comerciante ambulante que viaja entre centros regionais e comunidades rio acima, comercializando mercadorias para pequenos produtores caboclos e comerciantes do interior em troca de ‘produtos regionais’, agrícolas e extrativistas” (McGrath, 1999, p, 57).



9. Varal de roupas

Para muitos pescadores, suas embarcações são habitações por vários dias e até semanas para atingir determinada meta de pesca. Rio Paracauari. Fotografia com Câmera Digital Cannon EOS Rebel T7, lente 18-55mm. Foto: Ewerton D. Tuma Martins (07/2023).



10. Comércio locais

Muitos comércio locais, como bares e restaurantes, estruturam-se a beira das praias, mas não limitam o acesso dos pescadores artesanais ao seu território, pois muitos têm ligação com a pesca, ao contrário dos grandes empreendimentos que excluem as pequenas comunidades de seu próprio território. Praia da Barra Velha. Fotografia com Câmera Digital Cannon EOS Rebel T7, lente 18-55mm. Foto: Ewerton D. Tuma Martins (07/2023).

Referências

- ALBERT, Bruce. “*Situação Etnográfica*” e *Movimentos Étnicos. Notas sobre o trabalho de campo pós-malinowskiano*. Campos, n. 15, v. 1, p. 129-144, 2014.
- ALENCAR, E. F. *Identidade, territorialidade e conflitos socioambientais: alguns cenários do Alto Solimões (AM)*. Boletim Rede Amazônia, n. 3, v. 1, p. 67-75, 2004
- BRASIL. *Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009*. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 jun. 2009.
- BERREMAN, Gerald D. *Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia*. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar (org.). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editara, 1975. p. 123-174.
- BRUNER, E. *Ethnography as narrative*. In: TURNER, V. W.; BEUNER, E. (org.). *The anthropology of experience*. Chicago: University of Illinois Press, 1986. p. 139-158.
- FURTADO, Lourdes Gonçalves. *Aspectos Históricos e econômicos de Marapanim – Nordeste Paraense*. Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi, Antropologia, n. 67, v. 1, 1978. p. 01-32.
- FURTADO, Lourdes Gonçalves. *Dinâmicas sociais e conflitos da pesca na Amazônia*. Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.
- FURTADO, L. G. *Origens pluritécnicas no cotidiano da pesca na Amazônia: contribuições para projeto de estudo pluridisciplinar*. Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi, n. 1, v. 2, p. 159-172, 2006.
- LITTLE, P. E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da Territorialidade*. Anuário Antropológico, n. 28, v. 1, p. 251-90, 2018.
- MALDONADO, S. C. *Caminho das pedras: percepção e utilização do espaço na pesca simples*. In: DIEGUE, A. (org.). *A imagem das águas..* São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP, 2000.
- MCGRATH, David Gibbs. *Parceiros no crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional*. Novos Cadernos NAEA, n. 2, v. 2, p. 57-72, 1999. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/109/163>>. Acesso em: 24 jun. 2023.
- NOGUEIRA, C. S. *Território de pesca no estuário marajoara: comunidades quilombolas, águas de trabalho e conflito no município de Salvaterra (Pará)*. Orientadora: Profª. Drª. Rosa Elizabeth Acevedo Marin. 2005. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

TUMA MARTINS, Ewerton Domingos. *Aspectos da pesca artesanal nas comunidades de Bacuriteua, Camará e Sossego em Marapanim (PA): mudanças e continuidades*. 2024. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2024.

Agradecimentos

Agradeço à família Silva Matos por me dar guarida em Soure/PA, especialmente à Tia Ana, Tio Coda, Paula e Fernanda. Agradeço também à minha namorada, companheira e doutoranda em Antropologia Linguística, Michelly Silva Machado, por me guiar por estes caminhos marajoaras. Além disso, agradeço à minha orientadora, Prof^a Dr^a Edna Ferreira Alencar, e ao meu Programa de Pós-Graduação (PPGA-IFCH-UFPA).

Financiamento (se houver)

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Recebido em 25 de abril de 2024.

Aceito em 19 de fevereiro de 2025.